

Guia para os Pais

à Child Protective Services (CPS)
(Secretaria de Proteção ao Menor)

**Children's
Administration
(Agência de Cuidados
ao Menor)**

**Division
of Children
and Family
Services (Divisão da
Secretaria do Menor
e da Família)**



Índice

Assunto	Página
O que é a Child Protective Services (CPS)?	2
O que significa abuso e negligência do menor?.....	2
Como a CPS ficou sabendo a meu respeito?.....	3
Que direito a CPS tem de entrevistar meu filho?	3
Em que ocasião há envolvimento policial?	4
O que significa “guarda preventiva”?	5
O que acontece quando meu filho é colocado sob guarda preventiva?.....	5
Quais serviços estão à disposição para minha pessoa e minha família?.....	6
O que é um Alternative Response System (ARS) (sistema de resposta alternativa)?.....	7
Quais são meus direitos quando estiver sendo Investigado pela CPS?	8
Quais são meus direitos caso eu discordo do modo pelo qual a CPS está lidando com meu processo?	9
O que é um acolhimento fora do lar?	10
O que é uma “dependência”?	11
Quais são meus direitos como pai ou mãe quando meu filho é colocado sob cuidados fora do lar ou for determinado que ele é um dependente?	11
Quais são os direitos de meu filho?.....	13
O que se espera de mim?	13
O que preciso fazer para que meu filho volte para mim?.....	14
Preciso de um advogado?	15
De que modo posso planejar o futuro de meu filho?.....	16
O que significa “rescisão dos direitos paternos”?	17
O que uma pessoa pode fazer se houver uma discordância com o assistente social da CPS que está tomando as decisões no processo?.....	18
Onde é possível obter mais informações?	18
Política interna não discriminatória	19

O que é a Child Protective Services (CPS)?

A Child Protective Services (CPS) (Secretaria de Proteção ao Menor) é uma das atribuições a cargo da Division of Children and Family Services (DCFS) (Divisão da Secretaria do Menor e da Família) do Department of Social and Health Services (DSHS) (Departamento de Serviços Sociais e de Saúde). A CPS tem a responsabilidade de proteger os menores contra abuso ou negligência.

Os funcionários da CPS têm a obrigação legal de investigar relatos de suspeita de abuso ou negligência de menores que atendem à definição legal de abuso ou negligência de menores.

O que significa abuso e negligência do menor?

Há vários tipos de abuso e negligência do menor:

O abuso físico inclui qualquer lesão a um menor que não seja acidental (fraturas, hematomas, queimaduras, cortes, outras lesões) ou qualquer ação que poderia ter causado lesões graves a um menor, mas por sorte não aconteceu (bater em um menor com uma arma, disparar uma arma na presença de um menor ou outras ações semelhantes).

Abuso emocional inclui fazer com que o menor sinta que ele não é amado ou que ele é malvado ou que não tem valor algum (humilhar ou desprezar um menor, não permitir que um menor tenha amigos, falar mal e outros comportamentos similares). Os incidentes de violência doméstica podem também ser considerados como causadores de abuso emocional a menores.

A negligência pode incluir não oferecer um lar seguro, alimentação, vestuário ou cuidados médicos/dentários ao menor, deixar um menor de pouca idade sozinho ou com alguém que não seja capaz de cuidar dele, dirigir intoxicado com um menor no carro sem que este esteja preso pelo cinto de segurança, etc. Deixar de supervisionar os menores mais velhos também pode ser considerado negligência.

O abuso sexual inclui usar um menor para atos sexuais, tirar fotografias pornográficas de um menor, prostituir um menor ou outros tipos de atividade sexual com um menor.



Existem outras ações que também podem ser consideradas como tipos de abuso ou negligência de menores e é necessário considerar em cada caso se a saúde, a segurança e o bem-estar do menor foram prejudicados ou estão correndo risco de serem prejudicado.

Como a CPS ficou sabendo a meu respeito?

A CPS recebeu um relato sugerindo que seus filhos não estão recebendo a proteção ou o cuidado que eles precisam.

Algumas pessoas, tais como médicos, enfermeiras, professores, agentes do serviço social, psicólogos, farmacêuticos, pessoas que trabalham em creches, agentes que monitoram menores em regime de liberdade vigiada, os funcionários da DSHS, os funcionários do Department of Corrections (Departamento Penitenciário), médicos legistas e adultos que vivem com um menor que sofre abuso e negligência graves têm a obrigação legal de

informar suspeita de abuso e negligência à CPS ou à polícia (norma RCW 26.44.030).

Qualquer outra pessoa que acredita que um menor esteja sofrendo abuso e negligência pode, de boa fé, informar tais incidentes à CPS ou à polícia. Relatos mal-intencionados ou que sejam intencionalmente falsos é uma contravenção e o indivíduo pode vir a ser processado criminalmente (norma RCW 26.44.060(4)). Os profissionais que devem compulsoriamente relatar casos de abuso e negligência a menores (“mandated reporters”) são obrigados a fazê-lo até 48 horas depois do momento em que eles ficaram sabendo sobre a possibilidade de ocorrência de abuso e negligência a menores.

Uma pessoa que informa um evento à CPS pode solicitar que seu nome seja mantido sob sigilo.

Que direito a CPS tem de entrevistar meu filho?

A lei autoriza à CPS a investigar relatos de suspeita de abuso e negligência a menores. Para poder realizar uma investigação completa, o funcionário da CPS vai querer conversar com você e com seu filho, bem como com outras



Uma pessoa que informa um evento à CPS pode solicitar que seu nome seja mantido sob sigilo.



peças que podem ter informações importantes. A CPS tem o direito de entrevistar seu filho antes de comunicar esse fato a você, não sendo necessária a sua permissão para tanto. Os menores podem vir a ser entrevistados na escola, na creche, em casa ou em qualquer local que seja conveniente e confortável para o menor.

Você será imediatamente notificado se seu filho tiver sido entrevistado pela CPS.

A CPS e a polícia também estão autorizadas a fotografar um menor caso seja necessário para documentar a condição física do menor.

Depois de uma investigação que inclui uma avaliação dos pontos fortes e os riscos que a família exerce sobre o(s) menor(es), o assistente social pode vir a continuar a visitar a sua residência para conversar sobre quaisquer problemas que você possa estar tendo com seu filho e para dizer-lhe que existe assistência à sua disposição para ajudar a melhorar as coisas para você e sua família.

Em que ocasião há envolvimento policial?

Um relato de suspeita de abuso e negligência a menores pode ser dirigido ou à CPS ou à polícia local. A polícia tem a obrigação de informar à CPS todos os relatos que eles recebem. Os funcionários da CPS têm a obrigação de informar à polícia todos os relatos que indicam morte, lesões físicas, abuso sexual de um menor ou outros possíveis crimes.

Pode ocorrer envolvimento policial caso seja necessário colocar um menor sob guarda preventiva. Também é possível que seja solicitada assistência policial quando existem motivos de preocupação com a segurança do funcionário da CPS.

Embora os funcionários da CPS e a polícia trabalhem em conjunto, eles fazem investigações separadas. A polícia realiza investigações criminais e a CPS realiza avaliações familiares. Mesmo no caso de não serem feitas denúncias criminais, a CPS pode continuar envolvida com a família.

“

Pode ocorrer envolvimento policial caso seja necessário colocar um menor sob guarda preventiva.

”

O que significa “guarda preventiva”?

Em uma situação emergencial, onde um menor parece estar correndo risco iminente de sofrer lesão, ou já tiver passado por abuso ou negligência graves, um agente policial pode colocar o menor sob “guarda preventiva” durante um período de no máximo 72 horas (exceto sábados, domingos e feriados). A guarda do menor é então transferida à CPS que então coloca o menor aos cuidados de um familiar ou de um lar de adoção temporária autorizado.

Uma audiência deve ser realizada até 72 horas (exceto sábados, domingos e feriados) do momento em que o menor foi colocado sob guarda preventiva.



O que acontece quando meu filho é colocado sob guarda preventiva?

Você será notificado quando seu filho for colocado sob guarda preventiva assim que possível. Você receberá uma carta comunicando quando e o motivo pelo qual seu filho foi colocado sob guarda preventiva. Você receberá também o nome e o número de telefone do funcionário e/ou agência da CPS onde você pode obter mais informações. Você será comunicado sobre quando e onde uma audiência de cuidados de abrigo será realizada e de que modo você pode obter um advogado indicado pelo tribunal.

Na audiência de cuidados de abrigo, você terá a oportunidade de explicar ao tribunal o motivo pelo qual seu filho não deve ser removido da sua residência. Se o juiz ou o comissário concordar com você, seu filho será devolvido a você.

Caso sua audiência seja realizada perante um comissário de justiça, você tem o direito de pedir que a decisão do comissário de justiça seja examinada por um juiz de um tribunal de segunda instância. De modo a obter tal exame, você deve protocolar um pedido de revisão junto ao tribunal dentro de dez dias da data em que a decisão do comissário de justiça tenha sido proferida.

A DCFS pode vir a determinar que não existe a necessidade de um processo judicial mesmo depois de a polícia ter colocado o menor sob guarda preventiva. Nesse caso, é possível que seja pedido a você que firme um contrato voluntário

de acolhimento que vigorará até que os problemas possam ser resolvidos, ou seu(s) filho(s) pode(m) ser devolvido(s) a você e os serviços serem prestados em sua residência.

Quais serviços estão à disposição para minha pessoa e minha família?

O DSHS oferece muitos serviços para ajudar a lidar com problemas. Alguns serviços são prestados diretamente pelo DSHS e outros são prestados pela comunidade. A CPS presta serviços gratuitos e o faz independente da renda. Entretanto, se sua família for indicada a outra agência que cobra taxas, pode vir a ser necessário que você pague tal taxa. Os serviços que não são prestados na residência, tais como lares de adoção temporária, podem vir a ter despesas que você talvez precise pagar.

A seguir se encontram alguns serviços que o funcionário da CPS pode ajudar a sua família a encontrar (observe que nem todos os serviços estarão disponíveis em todos os locais).

- Residência/vestuário/assistência financeira limitada
- Serviços de saúde/cuidados médicos/cuidados dentários
- Serviços de apoio na residência
- Creches
- Serviços de empregos
- Aulas sobre como pais e mães devem se comportar
- Serviços de planejamento familiar
- Transporte
- Serviços de saúde mental
- Aconselhamento familiar e matrimonial



A CPS presta serviços gratuitos e o faz independente da renda.



- Bancos de alimentos
- Assistência legal
- Programas contra o abuso de drogas e álcool
- Assistência por voluntários: ajuda aos pais, Parents Anonymous
- Programas contra violência doméstica/sexual

O que é um Alternative Response System (ARS) (sistema de resposta alternativa)?

No estado de Washington, os relatos feitos à CPS são avaliados de acordo com um modelo de avaliação de risco. Se as informações prestadas ao funcionário que está recebendo o relato indicarem um baixo de risco ao seu filho, seu processo será indicado a uma agência externa que é contratada pela CPS para prestar serviços especiais de apoio para ajudá-lo a construir uma rede ao seu redor e ao redor do seu filho que vai garantir a proteção do seu filho e prestará apoio emocional ou outros tipos de apoio à sua pessoa.

A participação junto a uma entidade de serviços de ARS é voluntária e você tem o direito de recusar o recebimento de tais serviços. Entretanto, essas entidades geralmente podem ajudá-lo a obter os serviços que ajudarão a você e aos seus filhos a serem mais felizes e a se sentirem mais confortáveis. Acreditamos que se você receber o tipo de apoio que precisa da comunidade, você não se tornará um cliente da CPS.

Quais são meus direitos quando estiver sendo Investigado pela CPS?

Quando o departamento concluir uma investigação de abuso ou negligência de um menor de acordo com as disposições do capítulo 26.44 RCW, o departamento deve comunicar ao alegado autor do crime sobre o relato feito e quais foram as conclusões da investigação feita pelo departamento. Este comunicado é feito por carta registrada ao último endereço conhecido da pessoa.

Existem três tipos de conclusões. “Fundado” significa que o funcionário que realizou a investigação colheu um número suficiente de informações que o fazem acreditar que é provável que o alegado abuso ou negligência ocorreu de fato. “Infundado” significa que o funcionário que realizou a investigação colheu um número suficiente de informações que o fazem acreditar que é provável que o alegado abuso ou negligência não ocorreu de fato. Não conclusivo significa que o funcionário que realizou a investigação não conseguiu determinar se o alegado abuso ou negligência ocorreu de fato ou não.

Caso você seja nomeado como autor em um laudo fundado de abuso e negligência a menores, você tem o direito de buscar o re-exame e correção dessa conclusão. Você pode solicitar ao departamento que re-examine as conclusões dentro de vinte dias corridos depois de ter recebido um comunicado por escrito pelo departamento. Este pedido deve ser feito por escrito. Caso seu pedido de re-exame não seja feito dentro do prazo necessário, você não terá mais o direito de contestar as conclusões e você não terá mais o direito a uma audiência judicial ou a um re-exame judicial das conclusões.

O departamento re-examinará as conclusões no momento em que receber seu pedido de re-exame por escrito e alterará as conclusões se necessário. Os funcionários da chefia regional são responsáveis por realizar este re-exame. Após o término do re-exame, o departamento lhe enviará um comunicado por escrito sobre decisão que foi tomada. O comunicado é enviado por carta registrada seu ao último endereço conhecido.

Se depois do re-exame pela agência o laudo continua a ser fundado, você pode solicitar uma audiência judicial para contestar as conclusões. O pedido para uma audiência judicial deve ser protocolado dentro de trinta dias depois de ter recebido o comunicado sobre a decisão da agência em relação ao re-exame. Caso seu pedido de audiência judicial não seja feito dentro do prazo necessário, você não terá mais o direito de contestar as conclusões e você não terá mais o direito a outros re-exames pela agência ou a uma audiência judicial ou a um re-exame judicial das conclusões.

Quais são meus direitos caso eu discordo do modo pelo qual a CPS está lidando com meu processo?

Uma das principais preocupações da CPS é garantir que todas as pessoas que estão lidando com a agência sejam tratadas de modo justo e com respeito. Assim, contamos com uma Política Interna de Queixas pelos Cidadãos e Procedimentos e um folheto especial que descreve o método para garantir que lidaremos com suas preocupações de modo organizado, justo e dentro dos prazos necessário. As preocupações sobre o modo pelo qual seu processo está sendo tratado podem ser informadas por você, por seu filho, por um familiar, por um profissional na comunidade ou por qualquer pessoa que tenha conhecimento da situação.

Caso você tenha uma queixa ou preocupação sobre o modo pelo qual seu processo está sendo tratado pela CPS, fale primeiro a respeito dessas preocupações com o assistente social atribuído ao seu caso. Se isto não conseguir resolver o problema, você pode entrar em contato diretamente com o supervisor desse funcionário. Se os problemas não puderem ser resolvidos pelo supervisor, você pode entrar em contato com o Area Administrator (o administrador local) e depois disso com o Regional Administrator (o administrador regional). Você também pode entrar em contato com o Office of Constituent Relations (Secretaria de Atendimento aos Eleitores) no telefone 1-800-723-4831 para obter assistência na resolução do problema em qualquer momento.

A pessoa também pode fazer uma queixa à Office of the Family and Children Ombudsman (Ouvidoria da Secretaria do Menor e da Família) no telefone 1-800-571-7321, uma agência em separado do DSHS que tem competência para investigar quaisquer preocupações sobre as ações da Children’s Administration (Agência de Cuidados ao Menor) que sejam relatadas por qualquer cidadão do Estado de Washington. O ouvidor geralmente espera que os procedimentos internos de resolução de problemas sejam utilizados antes de envolver a ouvidoria.

O que é um acolhimento fora do lar?

Na maioria das vezes, os menores envolvidos nas situações que são informadas à CPS não são removidos de suas residências. Os menores são afastados de seus pais apenas quando é necessário fazer isso para protegê-los contra risco imediato de sofrerem lesões ou a continuidade de abuso ou negligência.

A residência de um familiar adequado é geralmente o local de acolhimento preferido para um menor. Caso não exista um familiar adequado, o menor será acolhido por um lar de adoção temporária autorizado. Os pais desse lar de adoção temporária prestam os cuidados diários para os menores e recebem pagamentos mensais que ajudam a cobrir os custos incorridos com os cuidados prestados ao menor. O menor e os pais do lar de adoção temporária são supervisionados pelo assistente social designado durante todo o período em que o menor estiver sendo acolhido nesse lar de adoção temporária.

Alguns menores têm problemas tão graves que não podem viver em uma situação familiar. Esses menores podem ser acolhidos por uma residência coletiva ou por uma clínica de tratamento. Tais locais estão mais bem preparados para lidar com um menor que apresenta graves problemas comportamentais ou que tenha problemas de saúde mental.

“
Alguns
menores têm
problemas tão
graves que não
podem viver em
uma situação
familiar.

”

O que é uma “dependência”?

Em casos muito graves, o departamento ou qualquer outra pessoa pode protocolar uma petição junto ao tribunal declarando que um menor:

- foi abandonado;
- está sofrendo abuso ou negligência;
- não conta com um pai, mãe, tutor ou uma pessoa responsável que tenha a capacidade de prestar cuidados a esse menor.

O tribunal vai realizar uma audiência para determinar se existe uma dessas razões para dependência. O tribunal também vai decidir se o menor deve residir em sua própria casa ou ser acolhido em outros locais e quem deve supervisionar o menor durante o tempo em que exista envolvimento pelo tribunal. Esta decisão temporária dos tribunais é chamada de “dependência”.



As audiências de exame de dependência são realizadas cada seis meses para ver se o plano do tribunal para reunir a família está progredindo ou se é necessário dar continuidade ao envolvimento pelo tribunal.

Quais são meus direitos como pai ou mãe quando meu filho é colocado sob cuidados fora do lar ou for determinado que ele é um dependente?

Os pais contam com alguns direitos a menos que o tribunal decida em contrário.

Caso seu filho seja colocado sob guarda preventiva, você tem o direito de ser comunicado de tal fato dentro do prazo exigido e de ser informado sobre o motivo pelo qual seu filho se encontra sob tal guarda preventiva.

Caso seu filho tenha sido acolhido fora do lar (lar de adoção temporária, residência coletiva ou clínica), você tem o direito de visitar o menor, a menos o tribunal tenha proferido uma decisão proibindo tais visitas. A decisão do tribunal geralmente determinará a frequência e o local dessas visitas.

Você pode sempre questionar qualquer decisão que limita ou proíbe os seus direitos de visita.

A CPS fará tudo o que for possível para mantê-lo informado sobre o progresso da saúde e do desenvolvimento de seu filho, como ele está progredindo na escola e seu comportamento. Para que isto possa ser feito, você precisa comunicar ao funcionário da CPS onde está morando.

Você tem o direito de saber o que é esperado para que seu filho possa voltar para sua casa depois de ter sido acolhido fora do lar.

Você tem o direito de ser consultado sempre que uma mudança no plano do processo que afetaria a sua pessoa ou seu filho estiver sendo considerada.

Você tem o direito de receber ajuda e/ou aconselhamento para os problemas que precisam ser resolvidos.

Você tem o direito de receber comunicação prévia e de comparecer a quaisquer audiências no tribunal realizadas em relação ao seu filho ou que afetam seus direitos paternos (exceto se o tribunal estiver agindo em caráter de emergência).

Você tem o direito de solicitar uma audiência de cuidados de abrigo junto ao tribunal quando você não conseguir, por justa causa, comparecer à audiência de 72 horas.

Você tem o direito de receber uma decisão para cada audiência com base apenas nas provas apresentadas na audiência realizada com um juiz imparcial ou com uma pessoa que pesquisa os fatos imparcialmente.

Você tem o direito de ser representado por um advogado sempre que houver processos legais envolvidos. Caso você não disponha de recursos para pagar um advogado, o funcionário da CPS que o assiste lhe dará informações sobre como obter um advogado nomeado pelo tribunal.

**“
Você tem
o direito
de receber
ajuda e/ou
aconselhamento
para os
problemas que
precisam ser
resolvidos.
”**

Todos os clientes têm o direito de receberem os serviços no idioma que eles preferem e de modo culturalmente sensível.

Quais são os direitos de meu filho?

Seu filho também tem direitos e eles incluem:

- O direito de receber alimentos, abrigo e vestuário que atenda às suas necessidades.
- O direito de estar protegido e livre de sofrer danos, assédio, perigo, lesões e negligência.
- O direito de ter segurança emocional.
- O direito de receber cuidados de saúde, o que inclui o diagnóstico e tratamento de condições médicas, dentais e emocionais.
- O direito de ter seus direitos protegidos durante qualquer processo judicial. Uma pessoa chamada de “guardian-ad-litem” pode vir a ser nomeada pelos tribunais para ajudar a proteger os direitos do menor. Isto ocorre sempre que qualquer processo judicial é instaurado.

O que se espera de mim?

Você tem certas responsabilidades:

- Fornecer ao seu filho vestuário e itens pessoais (pijamas, brinquedo ou outros itens) que são necessários para ajudá-lo a se sentir mais confortável se ele estiver recebendo cuidados fora do seu lar.
- Visitar seu filho de forma regular, em um local e horário combinado com os funcionários da CPS. Caso você não possa comparecer a uma visita, você tem a responsabilidade de comunicar ao funcionário da CPS com antecedência de tal fato.

- Trabalhar junto com os funcionários da CPS para fazer um plano para o futuro de seu filho, incluindo as ações que você precisa realizar.
- Trabalhar no sentido de resolver os problemas que causaram o abuso ou negligência. Caso o funcionário da CPS responsável pelo seu processo e/ou o tribunal indicar certo lugar onde você deve buscar ajuda para resolver um problema, você deve buscar ajuda com essa entidade indicada ou conversar com o assistente social do seu processo sobre as suas preocupações.
- Manter o assistente social informado sobre as mudanças em sua vida, como por exemplo, novo endereço ou número de telefone, uma alteração na situação de emprego, casamento/divórcio ou qualquer outra mudança que possa vir a alterar o plano para seu filho.
- Comparecer aos compromissos marcados com os funcionários da CPS e com outros profissionais que prestam assistência. Caso não seja possível comparecer a um compromisso ou caso precise cancelá-lo, avise tal fato ao funcionário da CPS responsável pelo seu processo com antecedência.
- Prestar informações sobre seu filho, incluindo cuidados médicos anteriores, situação na escola ou outras informações que podem vir a afetar o plano para seu filho.
- Conversar sobre os cuidados e o progresso de seu filho com os funcionários da CPS.
- Contribuir com os custos de prestar cuidados para o menor.

O que preciso fazer para que meu filho volte para mim?

A CPS deseja manter seu filho em casa desde que seja seguro para o menor. A CPS tomou medidas para colocá-lo sob os cuidados de um acolhimento fora do lar apenas porque a situação em casa criou um risco significativo ou colocou seu filho em uma situação de perigo imediato. A petição para dependência, da qual você recebeu uma cópia, descreve as condições que o assistente social acreditou terem colocado seu filho em perigo. Se você não entender o que está escrito nesse documento, peça para que o assistente social



A CPS deseja manter seu filho em casa desde que seja seguro para o menor.



e seu advogado lhe expliquem essa petição. Para que seu(s) filho(s) seja(s) devolvido(m) a você, as condições descritas na petição devem estar resolvidas.

A melhor maneira de realizar isso é:

- Estar presente nos tribunais todas as vezes que for realizada uma audiência sobre seu filho. Caso não compareça a uma audiência, o juiz pode vir a interpretar a sua ausência como um sinal de que você não se importa com o que vai acontecer com seu filho.
- Obedeça à decisão judicial. Qualquer decisão proferida pelo tribunal em relação ao seu(s) filho(s) incluirá um plano para o processo que descreverá exigências específicas que você deverá cumprir. Se o tribunal determinar que você é obrigado a realizar um curso sobre como lidar com a ira ou realizar um tratamento para abuso de substância tóxica, faça-o mesmo se você achar que não precisa. Você pode se surpreender com as coisas que pode descobrir sobre si mesmo durante o curso ou o tratamento.
- Faça que seu lar seja um local seguro para onde seu filho pode voltar. Isso talvez signifique pedir a alguém que deixe a sua residência, ou talvez signifique resolver os problemas que você tem ou talvez tomar as medidas necessárias para melhorar as condições de vida na sua residência. O tribunal não deixará seu filho voltar para casa até que seja seguro fazê-lo.

Preciso de um advogado?

Você pode contratar os serviços de um advogado sempre que assim o desejar. Entretanto, você não pode obter um advogado indicado pelo tribunal a menos que uma petição de dependência tenha sido protocolada.

Caso uma petição de dependência tenha sido protocolada, você precisa de um advogado; caso não tenha recursos para arcar com um, o tribunal vai indicar um advogado para assisti-lo. Caso seu filho esteja sob guarda preventiva, o comunicado por escrito que você recebeu lhe informará como solicitar um

advogado. Caso você não compreenda, entre em contato com o funcionário da CPS encarregado do seu processo ou com o Juvenile Court (tribunal para menores).

O seu advogado representa seus interesses perante o juiz. Certifique-se de conversar com seu advogado antes de todas as audiências para que ele possa saber como representá-lo da melhor forma possível. Caso você e o pai ou mãe do seu filho não sejam casados ou vivam separados, é possível que advogados separados sejam nomeados para vocês dois.

Seu filho pode vir a ter um “guardian ad litem” nomeado para representar os seus melhores interesses. É possível que esta pessoa queira conversar com você. Caso isso ocorra, ela poderá representar seu filho melhor se você informar o que sabe a respeito de seu filho.

O funcionário da CPS a cargo do seu processo também será representado por um advogado disponibilizado pela Office of the Attorney General (Procuradoria Geral da República).

De que modo posso planejar o futuro de meu filho?

Ter uma residência permanente é algo muito importante para um menor. Se você morou em lares de adoção temporária ou se mudou da casa de um familiar para outro quando era criança, você pode entender como isso é importante para seu filho.

A CPS também entende quão importante a permanência é para um menor. Remover um menor de sua família é geralmente algo temporário. O objetivo da CPS é encerrar o acolhimento provisório e fazer com que o menor tenha uma situação segura em sua própria residência.

Você pode ajudar seu filho ao trabalhar em conjunto com a CPS para desenvolver e redigir um plano. Este plano deve enumerar os problemas que você e a CPS conversaram a respeito. Este plano deve descrever o que precisa ser feito para corrigir os problemas, quem vai fazer o que e quanto tempo vai demorar.



O que significa “rescisão dos direitos paternos”?

A rescisão dos direitos paternos significa que o pai ou mãe não tem mais quaisquer direitos ou obrigações em relação ao menor. O pai ou mãe não tem mais direito de ver ou visitar o menor, não tem direito à guarda do menor, não tem direito de decidir o futuro do menor. O tribunal tem competência para decidir rescindir os direitos legais de um pai ou mãe em relação ao seu filho.



Rescisão dos direitos paternos significa que o pai ou mãe não têm mais quaisquer direitos ou obrigações em relação ao menor.



Em alguns casos, um pai ou mãe pode voluntariamente liberar um menor para adoção ao assinar um documento legal chamado “A Relinquishment of Parental Rights” (renúncia de direitos paternos). Assinar este documento é algo muito sério que deve ser considerado com cuidado e discutido com o assistente social da CPS e com um advogado.

O tribunal pode vir a decidir rescindir os direitos legais paternos sem permissão dos mesmos quando:

- o tribunal determinar que existe uma dependência;
- o tribunal decretou a prestação de serviços que corrigiriam os problemas que causaram a dependência, mas os problemas ainda existem;
- seu filho tem estado aos cuidados fora do lar durante doze meses e você não fez ainda progresso suficiente para permitir que seu filho seja devolvido à sua residência com segurança neste momento ou em um futuro próximo;
- os serviços decretados pelo tribunal foram oferecidos e prestados;
- existe uma probabilidade muito pequena de que as condições melhorem para que o menor possa voltar para sua residência e
- dar continuidade ao relacionamento entre um pai ou mãe e o menor vai dificultar ainda mais o processo de encontrar uma residência permanente para o menor.

Sempre que os direitos paternos forem rescindidos, o funcionário da DCFS vai trabalhar no sentido de encontrar um acolhimento permanente para o menor.

O que uma pessoa pode fazer se houver uma discordância com o assistente social da CPS que está tomando as decisões no processo?

Uma conversa honesta com os funcionários da CPS geralmente consegue resolver a maioria das discordâncias. Entretanto, se a discordância não for resolvida naquele nível, uma pessoa pode dar início ao processo de queixa descrito anteriormente neste livreto.

Caso exista o envolvimento de dependência, tanto os pais como os menores devem falar a respeito da discordância com seus advogados. Os funcionários da CPS também relatarão estas informações ao advogado do departamento.

Caso não seja encontrada uma solução com estes processos, a pessoa pode entrar em contato com:

- A Office of the Family and Children’s Ombudsman (Ouvidoria da Secretaria do Menor e da Família), no telefone 1-800-571-7321 ou na Children’s Administration Office of Constituent Relations (Secretaria de Atendimento aos Eleitores da Agência de Cuidados ao Menor) no telefone 1-800-723-4831 ou (360) 902-8061.
- Se uma pessoa acreditar que o problema indica uma violação de direitos civis, é possível entrar em contato com outras agências:
- Office for Civil Rights (Secretaria de Direitos Civis) do United States Department of Health e Human Services (Departamento de Serviços Humanos e de Saúde dos EUA), 1-800-362-1710; TDD (206) 615-2296.
- Washington State Human Rights Commission (Comissão de Direitos Humanos do Estado de Washington); 1-800-605-7324, Seattle; 1-800-233-3247, Olympia; 1-800-662-2755, Yakima.

- Division of Access and Equal Opportunity (Divisão de Acesso e Igualdade de Oportunidades), Washington State Department of Social and Health Services (Departamento de Serviços Sociais e de Saúde do Estado de Washington); 1-800-521-8060, TDD, 1-800-521-8061.

Todas as políticas internas, procedimentos e manuais da DCFS são considerados documentos públicos e podem ser examinados em qualquer agência local. Ligue com antecedência para marcar um horário para que possamos colocar os manuais mais atualizados à sua disposição; uma pessoa para responder às suas perguntas também pode estar presente.



As leis chamadas de Revised Code of Washington (RCW) (Código Revisado de Washington), podem ser encontradas na seção de referência das principais bibliotecas ou através de um advogado ou algumas vezes junto ao County Courthouse (tribunal da comarca). As seções que regem a CPS se encontram nos Capítulos 13.34, 26.44 e 74.13.

As pessoas que estiverem diretamente envolvidas em uma investigação pela CPS podem examinar os autos de seus próprios processos através de um horário marcado ou solicitação através da agência local da DCFS. Certas informações devem ser excluídas destes autos antes de eles poderem ser vistos pelos clientes.

Política interna não discriminatória

A Children's Administration (Agência de Cuidados ao Menor) segue a política interna de que ninguém estará sujeito a discriminação, excluído de participar ou será impedido de receber os benefícios de qualquer um dos programas ou atividades prestados pela própria agência ou por seus subcontratados, com base em raça, cor, nacionalidade, credo, religião, sexo, estado civil, idade, incapacidade, o fato de ser veterano de guerra do Vietnã, veterano de guerra incapacitado, devido a retaliação, orientação sexual ou o uso de um cão de serviço ou outro animal de serviço como guia. Podemos fornecer

acomodações dentro de um limite razoável para pessoas com deficiências, incluindo intérpretes e materiais em formatos alternativos caso solicitado.

- Os clientes que acreditam que sofreram discriminação pela Children's Administration (Agência de Cuidados ao Menor) podem protocolar uma queixa junto a qualquer das agências a seguir:
- Office for Civil Rights (Secretaria de Direitos Civis) do United States Department of Health and Human Services (Departamento de Serviços Humanos e de Saúde dos EUA), 1-800-362-1710; TDD (206) 615-2296.
- Washington State Human Rights Commission (Comissão de Direitos Humanos do Estado de Washington); 1-800-605-7324, Seattle; 1-800-233-3247, Olympia; 1-800-662-2755, Yakima.
- Division of Access and Equal Opportunity (Divisão de Acesso e Igualdade de Oportunidades), Washington State Department of Social and Health Services (Departamento de Serviços Sociais e de Saúde do Estado de Washington); 1-800-521-8060, TDD, 1-800-521-8061.

